Quem Somos | Assessoria de Imprensa | Fale Conosco | Telefones









Acesse seu Produto online Produtos Síntese

Newsletter Jurídica

Últimas **Notícias**

Legislação

Serviço de Pesquisa

Indicadores

Gestão Pública

Voltar

Tamanho do texto - +

0

Publicado em 24 de Outubro de 2016 às 08h59

ALCE - Comissões indicam relator da LOA 2017 e aprovam quatro projetos nesta quarta

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) designou, em reunião ordinária nesta última quarta-feira (19), o líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Evandro Leitão (PDT), como relator do projeto da Lei Orçamentária (LOA). A proposta do Poder Executivo estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício de 2017. Já a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou, também nesta tarde, quatro proposições. As reuniões ocorreram no Complexo de Comissões Técnicas da Casa.

O Projeto de Lei nº 100/2016, oriundo da mensagem nº 5/2016, de autoria do Tribunal de Justiça (TJCE), dispõe sobre despesas processuais devidas ao Estado do Ceará, readequando o valor das custas processuais em vigor. Já o Projeto de Lei nº 15/2016, de autoria do deputado Moisés Braz (PT), com emenda substitutiva dele e do deputado Odilon Aguiar (PMB), denomina de 'Sebastião Genuíno Guimarães' o trecho da rodovia CE166, que liga o município de Quixeramobim ao distrito de Encantado. Enquanto o Projeto de Indicação 66/2016, de autoria do deputado Bruno Gonçalves (PEN), acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 30 da Lei nº 15.797, de 25 de maio de 2015, que dispõe sobre promoções dos oficiais militares estaduais.

Também foi aprovado o projeto de Decreto Legislativo nº04/2016, oriundo da mensagem nº 8.055/2016, que indica o advogado Jardson Saraiva Cruz para o cargo de conselheiro do Conselho Diretor da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce). Antes da votação o advogado passou por sabatina da Comissão.

O Projeto de Lei do TJCE, 100/2016 também foi apreciado em reunião conjunta das comissões de Orçamento, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público, mas não chegou a ser votado porque os deputados Audic Mota (PMDB) e Roberto Mesquita (PSD) pediram vista da matéria.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Tamanho do texto - +

0

Experimente o Jurís Síntese Online e ganhe mais produtividade no seu dia a dia.



Copyright 2015 SÍNTESE. Uma empresa do Grupo Sage. Todos os direitos reservados

Quem Somos Assessoria de Imprensa Fale Conosco Telefones